

Os desafios da Filosofia da Interpretação

Clademir Luís Araldi*

Resumo: Este artigo, suscitado pela leitura de “Verdade e Interpretação”, pretende apresentar ao público brasileiro aspectos relevantes da abordagem de Günter Abel da filosofia de Nietzsche. Ao ressaltar a importância da compreensão nietzschiana da verdade a partir da vontade de potência e da interpretação, o autor propõe a formulação de um novo sentido do discurso da verdade, a saber, da verdade como interpretação, como “criação” que se dá a partir dos processos efetivos de interpretação e da práxis do emprego dos signos.

Palavras-chave: Interpretação – verdade – vir-a-ser – linguagem

É inegável que a ‘Verdade’ ocupou um lugar central e determinante na tradição filosófica ocidental, de cunho preponderantemente metafísico. Não há como negar também que a compreensão metafísica da verdade sofra uma profunda crise na filosofia moderna e contemporânea. Em várias reformulações modernas da questão da verdade (p. ex. em Descartes, em Espinosa e em Hegel) não há, contudo, um mero abandono da ‘Verdade’; mesmo na problematização e na crítica da verdade há ainda o esforço de salvaguardar e justificar seu cerne metafísico.

Nietzsche se coloca nesse cenário de questionamento como o pensador que quer levar até o fim a crítica da ‘Verdade’ metafísica.

* Doutorando do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

As conseqüências dessa crítica são, por um lado, negativas, visto que interdítam todo e qualquer acesso a uma Verdade transcendente, atemporal e única, bem como a qualquer mundo metafísico. O mundo que diz respeito ao homem, o mundo do vir-a-ser, não é mais, na ótica nietzschiana, o oposto do mundo metafísico: a verdade e o erro, o bem e o mal, desse modo, só podem ser considerados de modo imanente. Por outro lado, ao criticar a noção de verdade da tradição ocidental, Nietzsche procede a uma nova formulação da questão da verdade. Não se trata mais, nessa ótica, de uma verdade fixa, atemporal, mas da “vontade de verdade”, da vontade humana de veracidade, ou seja, de tornar fixo, de assegurar, de conferir estatuto de permanência ao que está em fluxo.

A verdade é compreendida por Nietzsche, por fim, como uma expressão da vontade de potência, da luta infindável entre os impulsos e forças, entendidos como processos imanentes ao mundo e como condição de todo o efetivar-se. Desse modo, só se poderia falar da “verdade” a partir da vontade de potência; o único critério de verdade residiria na “intensificação do sentimento de poder”. A vontade de potência mesma é um interpretar¹, no sentido próprio em que ele compreende a “essência” da interpretação: como “o sobrepujar, impelir, abreviar, suprimir, preencher, poetizar e falsificar” (GM/GM III § 24).

A partir dos esforços nietzschianos de destruir internamente a compreensão metafísica da “Verdade Una e Única”, abrem-se novos horizontes e perspectivas para se pensar um novo sentido da verdade.

No texto “Verdade e Interpretação”, G. Abel busca em Nietzsche o ponto de partida para repensar e reformular a relação entre verdade e interpretação. Abel procura fundamentar a posição de que a verdade sempre depende da interpretação, contudo, não somente a partir das estratégias e dos recursos argumentativos de Nietzsche. A preocupação central da “Filosofia da Interpretação” (*Interpreta-*

tionsphilosophie) está em ressaltar o “caráter perspectivístico e interpretativo do entendimento humano do mundo, do outro e de si mesmo” (Abel 2, prefácio). Nessa abordagem é visada a colocação crítica da questão da verdade, a qual está intimamente ligada ao entendimento da linguagem, bem como ao caráter interpretativo do emprego dos signos e da práxis da vida. A concepção metafísica da verdade é, nessa perspectiva, autodestrutiva, na medida em que busca transcender ou negar a perspectividade e a interpretatividade constitutivas da percepção, da linguagem, do pensamento e das ações humanas.

O perigo com que depara a filosofia que busca compreender a verdade como relações de interpretação é o de recair no relativismo. Pode-se ainda falar ou tratar da “verdade” após a perda dos referenciais transcendentais do conceito de verdade e após o abandono do esquema mais antigo da verdade?

Com o intuito de elaborar de um modo conseqüente uma abordagem interpretativa da questão da verdade, eximindo-se do relativismo, Abel procede a uma diferenciação no interior do conceito de interpretação. São propostos três níveis de interpretação: 1) as interpretações com função categorializante (os conceitos lógicos, p. ex.); 2) as interpretações entendidas como modelos uniformizadores (as formas da intuição sensível, p. ex.) e 3) as interpretações apropriadoras (os elementos normativos da práxis da interpretação, p. ex.) (cf. Abel 3, p. 26-28). Os três níveis estão intimamente relacionados, constituindo a lógica, a estética e a ética da interpretação.

A lógica, a estética e a ética, no entanto, possuem os mesmos limites, a saber, os limites da forma da práxis da interpretação (cf. Abel 3, p. 30-31). Os limites da interpretação são, nessa perspectiva, os limites do mundo. Não é possível ir além dos limites da interpretação, nem antepor aos processos efetivos de interpretação uma verdade originária e fundante. Tais processos são marcados, segundo Abel, por uma “relatividade conceitual fundamental”, são “mor-

tais”. Não há, nessas considerações, contudo, a pretensão de se abandonar o discurso sobre a verdade. Na medida em que as pretensões de verdade podem ser justificadas e explicadas de um modo coerente, a partir do horizonte da interpretação, há a construção de um “novo sentido da verdade”². Até mesmo a pergunta pela verdade de um juízo se situaria já no horizonte da interpretação.

Os desafios da Filosofia da Interpretação dizem respeito, por um lado, à exigência de não conferir um estatuto ontológico às interpretações, visto que não se trata mais de relacioná-las às coisas puras, ou aos fatos. Haveria, com isso, somente relações de interpretações. Por outro lado, a Filosofia da Interpretação pretende ir além do relativismo da preferência (*der Relativismus der Beliebigkeit*). A verdade não só depende de uma linguagem reconhecida, mas está também intrinsecamente ligada a normas e valores, e é “criada” em processos determinados e efetivos de interpretação. Assim sendo, não se pode definir a verdade a partir de um determinado esquema conceitual. Reformular a questão da verdade significa, então, admitir o seu caráter interpretativo irreduzível. Há muitas verdades, porque há muitos processos efetivos de interpretação; há também muitos mundos da interpretação, na medida em que há diferentes relações entre as interpretações.

A “verdade da interpretação” deve levar em conta, segundo Abel, os traços semânticos e pragmáticos dos signos e das interpretações, bem como o seu caráter temporal e a sua projetabilidade (cf. Abel 4, III). Não se trata mais, nesse sentido, do dualismo metafísico de verdade e erro. Recorrendo a Nietzsche, Abel enfatiza a necessidade de se considerar a verdade a partir do valor que ela tem para a vida humana. Só se poderia falar, então, de graus de aparência; do mesmo modo, haveria também somente graus de verdade, dependendo da capacidade das verdades de ampliarem o horizonte humano da interpretação. São retomadas também considerações nietzschianas acerca da remissão das interpretações ao fluxo

incessante do vir-a-ser, ao corpo como organização, como relação entre impulsos, a saber, como relações de vontades interpretativas de potência.

Como conciliar a afirmação “Tudo o que é, é interpretação, e interpretação é tudo o que é” (Abel 3, p. 55) com o caráter de vir-a-ser do mundo? Para Abel, não se trata mais do “é” da identidade, da metafísica tradicional, mas do “é” da determinação espaço-temporal, na qual todo objeto ou evento já é o resultado de uma interpretação. Com a Filosofia da Interpretação, Abel não pretende apenas dar conta do problema da verdade no âmbito de temas da filosofia da linguagem e da epistemologia, mas aponta também para a possibilidade de construção de uma “ética da interpretação”.

Abstract: This article – roused from the reading of “Truth and interpretation” – aims at showing to Brazilian public the most important aspects of Günter Abel’s approach to Nietzsche’s philosophy. Revealing the relevance of Nietzschean comprehension of truth from the perspective of will to power and interpretation, the author formulates a new meaning to the speech of truth, i. e., the truth as interpretation, as “creation” risen from the very processes of interpretation e practical application of signs.

Key-words: interpretation – truth – becoming – language

notas

- ¹ Num fragmento póstumo de 1885, Nietzsche afirma que a interpretação atua em todo o mundo orgânico: “a vontade de potência *interpreta*: na formação do orgânico trata-se de uma interpretação: ela (a vontade de potência) delimita, determina graus e diferenciações de potência.” (...) “Em verdade, a *interpretação mesma é um meio para se tomar senhor sobre algo. (O processo orgânico pressupõe continuamente um interpretar)*” (KSA XII, 2 (148)).
- ² Na obra *Nietzsche: Die Dynamik der Willen zur Macht und die ewige Wiederkehr*, Abel procurava mostrar a coerência da noção de interpretação no interior da filosofia de Nietzsche, na medida em que ele compreendia a vontade de potência e o eterno retorno do mesmo enquanto interpretações que dizem respeito à efetividade do mundo e que se eximem do discurso metafísico da verdade (Cf. Abel 1, cap. VI). Nas obras *Interpretationswelten* e *Sprache, Zeichen, Interpretation*, ele formula a sua compreensão filosófica própria da interpretação de um modo mais amplo: a interpretação é entendida ainda como um processo fundamental, mas necessita ser analisada e compreendida a partir das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas dos signos lingüísticos e não-lingüísticos, bem como a partir da gramática e das regras dos sistemas conceituais e lingüísticos empregados. Abel não se serve nessas obras somente dos recursos analíticos e metodológicos da filosofia da linguagem para fundamentar a filosofia da interpretação, mas visa, sobretudo, tratar de modo interpretativo temas e problemas da filosofia da linguagem, da filosofia da ciência, da estética e da filosofia moral (cf. Abel 2, introdução; cf. tb. Abel 3, parte I).

referências bibliográficas

1. ABEL, Günter. *Nietzsche. Die Dynamik der Willen zur Macht und die ewige Wiederkehr*. 2ª. edição. Berlim/New York, Walter de Gruyter, 1998.
2. _____. *Interpretationswelten. Gegenwartsphilosophie jenseits von Essentialismus und Relativismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1995.
3. _____. *Sprache, Zeichen, Interpretation*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1999.
4. _____. “Verdade e interpretação”. In: *Cadernos Nietzsche* 12, 2002. São Paulo, Departamento de Filosofia/USP.
5. NIETZSCHE, Friedrich W. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe* em 15 volumes. Berlim/New York, Walter de Gruyter, 1988.

